

Ata de Reunião

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte três, às oito horas e trinta minutos, os membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e convidados se reuniram para a 3ª Assembleia Geral Extraordinária de 2023, realizada de forma virtual, pelo link <https://encurtador.com.br/cmrxP>, para discutir os seguintes pontos de pautas que foram encaminhados anteriormente a todos os membros: **Item 01 – Abertura da sessão e verificação de presença e quórum; Item 02 – Discussão e deliberação da ata da 2ª Assembleia Geral Extraordinária de 2023 (19.04.2023); Item 03 – Comunicado dos Conselheiros; Item 04 – Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia; Item 05 – Discussão e deliberação CBH Araguari nº 151 de 05 de junho de 2023, ad referendum, indicação de representante do CBH Araguari para a participação no FMCBH; Item 06 – Discussão e deliberação sobre o Processo de Outorga nº 33777/2021, requerido pela Associação dos Usuários das Águas da Bacia do Rio Claro, processo SEI nº 2240.01.0002946/2021- 15; Item 07 – Discussão e deliberação sobre custeios dos conselheiros Mauricio Marques Scalon e Hideraldo Buch, conforme cronograma de reuniões do FMCBH; Item 08 – Discussão e deliberação sobre custeios dos conselheiros Mauricio Marques Scalon e Hideraldo Buch, conforme cronograma de reuniões do FNCBH; Item 09 – Informe sobre desligamento de instituições por falta, conforme art. 13 da Deliberação Normativa CBH Araguari nº 131, de 14 de julho de 2022, que estabelece o Regimento Interno do CBH Araguari; Item 10 – Informe sobre o Encob 2023; Item 11 – Outros assuntos.** Membros presentes: Bruno Neto de Ávila (Igam), Pâmela Desirré Bernardes (Igam), Miguel Ribon Junior (Seapa), Sergio Luiz Quirino de Melo (PMMG) , Alberto José de Almeida (Emater), Hideraldo Buch (SES), Dayane Aparecida Pereira de Paula (IEF), Jandir Francisco de Andrade (IMA), Wilton José Fernandes (Pcmg), Marinho Martins Severino Segundo (Prefeitura Municipal de Sacramento), Ricardo Lúcio Alvarenga (Prefeitura Municipal de Perdizes), Bruno Gonçalves dos Santos (Prefeitura Municipal de Araguari), João Batista Junior (Prefeitura Municipal de Santa Juliana), Vinícius Santos Martins (Prefeitura Municipal de Araxá), Rick Max Aramaki (Prefeitura Municipal de Uberaba) , Kassio Henrique Gama



30 Souza (Rides), Reginaldo José de Oliveira (Prefeitura Municipal de Indianópolis), Augusto
31 Peres Arruda (Prefeitura Municipal de Serra do Salitre), Fausto José Silva (Sindágua – MG),
32 Vera Lúcia Abdala (IFTM - Campus Uberaba), Antônio Geraldo de Oliveira (Unicerp-
33 Patrocínio), Sylvio Luíz Andreozzi (UFU), Polyanna Custódio Duarte (Ánga) Maurício
34 Marques Scalon (Fonasc-CBH), João Eduardo Della Torres Ferreira (Abes), Fernando
35 Antônio Abdalla (Aprogeo-trialto), Fernando Cezar Juliatti (Agrotap), Celismar Costa Melo
36 (Dmae Uberlândia-MG), Leandro Borges da Cruz (Copasa), Vanessa Vaz de Oliveira
37 (Codau), Maria Eduarda R. da Cunha e Gonçalves (Fiemg), William Pereira Rodrigues
38 (Usina Uberaba S.A), Thiago Felipe Alves Batista (Sindicato Rural de Uberlândia),
39 Domiciano Aparecido Moreira (Faemg), Jadir Silva de Oliveira (Siamig) e Dênio Drummond
40 Procópio por procuração (Cemig) Convidados: Isabel Evaristo (Abha), Hygor Siqueira
41 (Abha), Cristiane Turlon (Abha), Sândra Vieira (Abha), Tayná Uber da Silva (IGAM), Carlos
42 Ernane(Auarc), Lara Freitas (Tanto Expresso), Frankin de Almeida Costa (Convidado),
43 Jeane Sabrina Maia (Convidada) e André Silvia Caran (Convidado) e Rocha Miranda
44 (Convidado). No **Item 1**, o Presidente Bruno Gonçalves agradeceu a presença de todos,
45 houve verificação de quórum. No **Item 02**, o presidente, Bruno Gonçalves, colocou em
46 discussão a aprovação da ata da 2º Assembleia Geral Extraordinária de 2023 ocorrida no
47 dia 19 de abril de 2023, a ata foi aprovada sem contribuições e com as abstenções dos
48 conselheiros William Pereira Rodrigues (Usina Uberaba S.A.), Maria Eduarda R. da Cunha
49 e Gonçalves (Fiemg), Vera Lúcia Abdala (IFTM - Campus Uberaba) e Vinícius Santos
50 Martins (Prefeitura Municipal de Araxá). No **Item 03**, o secretário da diretoria, Mauricio
51 Scalon informou aos membros que durante uma conversa com a diretora da Gerência de
52 apoio aos Comitê de Bacia Hidrográficas, Sra. Maria de Lourdes Amaral Nascimento, sobre
53 a prorrogação do mandato da atual gestão 2018/2023 até a data limite de 30.10.2023, foi
54 acertado que as posses da nova gestão dos comitês comesçassem a ocorrer a partir do dia
55 1 de setembro, o representante da Cemig, Dênio Procópio questionou ao presidente se a
56 prorrogação implicará em um aumento da quantidade de faltas permitidas, Bruno
57 Gonçalves esclareceu que não houve nenhuma decisão em relação a isso, mas que
58 solicitará ao Igam um posicionamento acerca do tema. O coordenador da CTOC, Fausto



59 José Silva comunicou aos membros que a decisão da CTOC de não deliberar sobre os
60 quatro processos de outorga requeridos pela CBMM, processos nº 28.989/2022, nº
61 28988/2022, nº 28.987/2022 e nº 28.990/2022 se deu devido a gestão atual não possuir os
62 60 dias para deliberar, mas como o atual mandato foi estendido a CTOC irá deliberar os
63 processos, o presidente complementou a fala do Sr. Fausto da Silva contextualizado para
64 os demais membros a referida decisão. O representante da Aprogeo-trialto, Fernando
65 Antônio Abdalla explanou sobre os eventos ocorridos para celebrar a semana do meio
66 ambiente nos municípios da bacia, questionando se seria possível publicá-los no
67 informativo do CBH Araguari, para valorizar os esforços realizados pelos gestores locais. O
68 presidente informou os membros que foi aprovada pelo CERH, por meio da Deliberação
69 CERH-MG nº 540, de 10 de maio de 2023, a metodologia de cobrança pelo uso de recursos
70 hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Araguari na forma da Deliberação Normativa CBH
71 Araguari nº 139, de 13 de outubro de 2022 e por último relatou aos presentes à reunião da
72 diretoria com os municípios no dia 12.06.2023 de forma virtual. No **Item 04**, a secretária-
73 adjunta Maria Eduarda R. da Cunha e Gonçalves realizou a leitura do expediente e das
74 comunicações da ordem do dia. No **Item 05**, o presidente do Comitê, senhor Bruno
75 Gonçalves colocou em discussão a deliberação CBH Araguari nº 151 de 05 de junho de
76 2023, que indica os membros Maurício Marques Scalon (Fonasc-CBH), Sylvio Luíz
77 Andreozzi (UFU) e Fernando Antônio Abdalla (Aprogeo-trialto) para representar o CBH
78 Araguari no FMCBH, a indicação dos representantes foi aprovada. No **Item 06**, o presidente
79 Bruno Gonçalves passou a palavra para o representante da Associação dos Usuários das
80 Águas do Rio Claro (Auarc), Carlos Ernane que explanou sobre o pedido do Ministério
81 Público de reintegrar a Companhia Operacional de Desenvolvimento, Saneamento e Ações
82 Urbanas da Cidade de Uberaba (Codau) na Auarc, pontuando que com a inserção da
83 Cadau será necessário implantar 9 reservatórios em vez dos 7 já outorgados para atender
84 as demandas dos usuários, ressaltou que o objeto de discussão é a transposição de bacias
85 hidrográficas do PN2 para o GD8 e apresentou suas contribuições no Parecer da CTOC,
86 sugerindo que seja incluindo nas tabelas o nome do usuário de cada ponto outorgado, o
87 coordenador da CTOC, Fausto Silva solicitou ao presidente por uma questão de ordem que



88 as sugestões do empreendedor referente ao Parecer da CTOC ocorressem após a
89 apresentação do mesmo, a solicitação foi acatada. A representante da Codau, Vanessa
90 dissertou que o pleito de outorga é referente a transposição de águas do rio Claro (PN2)
91 para o córrego Saudade afluente do rio Uberaba (GD8), pontuou que no período de
92 estiagem a vazão do rio Uberaba decresce de forma significativa, desta forma a
93 transposição é primordial para garantir o abastecimento público é diversificar a matriz
94 hídrica da cidade, afirmou que a captação necessária é de 500 l/s durante no máximo 5
95 meses por ano e se colocou à disposição para sanar as dúvidas. A representante do Igam,
96 Pâmela Desirré Bernardes apresentou o Parecer Técnico da Urga e explicou as
97 condicionantes, concluindo que a Urga é favorável ao deferimento do processo de outorga,
98 requerido pela Auarc. A Analista Ambiental da Abha Gestão de Águas, Cristiane Turlon
99 apresentou o Parecer Técnico da Abha favorável ao deferimento do processo de outorga.
100 O representante da Prefeitura Municipal de Serra do Salitre e secretário da Câmara Técnica
101 de Outorga e Cobrança (CTOC), Augusto Peres realizou a apresentação do Relatório
102 Técnico da CTOC e fez a leitura das condicionantes e finalizou dizendo que a CTOC é
103 favorável ao deferimento do processo em pauta, o coordenador, Fausto Silva salientou que
104 a decisão da CTOC abrangerá apenas o usuário Codau. Bruno Gonçalves realizou a leitura
105 da contribuição recebida do representante da Abes, João Eduardo Della Torres que sugeriu
106 que os pontos outorgados à jusante da captação da Codau e a anuência desses usuários
107 sobre o novo requerimento devem ser fornecidos aos membros, solicitou que seja
108 apresentado o número de bombas elétricas e a diesel e que as medições de vazão devem
109 ser enviadas de forma *on-line* para o Igam e o CBH Araguari. O presidente abriu a palavra
110 aos membros, o representante do Igam, Bruno Neto de Ávila questionou sobre as
111 condicionantes 8 e 9, apontando que houve uma inversão de prazo, visto que
112 primeiramente se estabelece a vazão de cada usuário, condicionante 8 e depois se
113 estabelece através da condicionante 9 que para a Codau captar a vazão total autorizada
114 ela necessitará da aprovação dos demais usuários através da CGL, Fausto Silva elucidou
115 que primeiramente o Igam deve levar a discussão para a CGL, e caso não haja consenso
116 a discussão volte para a CBH Araguari, Pâmela pontuou que o processo não será publicado



117 enquanto não ocorrer a discussão na CGL sobre o termo de alocação, como é um rito do
118 Igam a condicionante 9 é desnecessária, Fausto Silva destacou que a assembleia é
119 soberana e cabe a ela decidir sobre a permanência da condicionante. O representante do
120 Sindicato Rural de Uberlândia, Thiago Felipe Batista relatou que a transposição pode não
121 ser a melhor alternativa para suprir o abastecimento público, anunciou que os demais
122 usuários pedem que a Codau informe a existência de um alguma medida que vise diminuir
123 a captação da companhia no rio Claro e frisou a importância de um sistema de medição de
124 vazão telemétrico para garantir que a água transposta chegue no ponto de captação, a
125 representante da Codau respondeu que a captação do rio Claro é a melhor opção para
126 atender a demanda a curto prazo, mas a longo prazo a alternativa mais viável é captar no
127 rio Grande, desta forma quando a matriz hídrica for diversificada, a transposição não será
128 tão necessária e frisou que a companhia está trabalhando em um plano de redução de
129 perdas. Carlos Ernane apresentou as suas contribuições questionando se a Portaria será
130 publicada com a condicionante de consulta a CGL ou será feita a consulta antes da
131 publicação, pontuou que o Igam autorizou a captação de 50% do outorgado para todos os
132 usuários, incluindo a Codau, enquanto os barramentos não forem construídos, mas que
133 esta informação não consta no Relatório da CTOC, pois a Codau solicitou 100% do
134 outorgado e isto impactará em uma redução da captação dos outros usuários e deverá ser
135 feita uma consulta a CGL, para discutir o tema e deferir ou indeferir a petição da Codau e
136 afirmou que na condicionante 7 referente a apresentação de um plano de segurança
137 hídrica, monitoramento e conservação dos recursos hídricos e ecossistemas aquáticos na
138 região de atuação da Auarc, o plano de segurança hídrica, monitoramento e conservação
139 está implícito na análise do Igam e ressaltou que não compete ao Igam analisar medidas
140 voltadas a ecossistemas aquáticos, posto isto sugeriu que a condicionante 7 seja excluída.
141 O representante da Aprogeo-trialto Fernando Abdalla citou todas as opções possíveis para
142 a diversificação da matriz hídrica da cidade e apontou que a captação no rio Claro é a
143 menos onerosa, por fim frisou a necessidade da Codau de ter apresentado uma
144 condicionante que assegurará a existência de ações de preservação do curso d'água e
145 questionou a Sra. Vanessa Vaz sobre está questão, Vaz esclareceu que a companhia



146 compartilha desta preocupação e que recentemente efetivou o Programa Águas Cristalinas
147 que visa realizar ações de preservação e conservação de nascentes, compreende a
148 necessidade de realizar essas ações na bacia do rio Claro, mas por ser uma área de conflito
149 a ação deve ser realizada em conjunto com os demais usuários, Fernando Abdalla reiterou
150 que a sua fala foi referente a este processo e perguntou se seria possível acrescentar uma
151 condicionante que garanta a realização de ações referentes a preservação do curso d'água.
152 Fausto Silva expôs que o Sr. Thiago Felipe Batista mencionou a questão dos captadores
153 de água clandestinos, salientou que cabe ao órgão gestor fiscalizar esta inflação,
154 sobre a fala do Sr. Ernane afirmou que se o parecer estiver redundante, pode ocorrer a
155 supressão. O representante da UFU, Sylvio Andreozzi pontuou que não conseguiu acessar
156 toda a documentação referente a este processo encaminhado através do OneDrive e
157 solicitou a possibilidade de envio de por outros meios de acesso, por não ter conseguido
158 acessar parte da documentação não visualizou o mapa referente ao processo, posto isto
159 questionou se a área CGL abrange toda a bacia, o processo engloba os usuários a
160 montante ou os a jusante também estão inclusos, questionou como se daria a atuação do
161 Programa Águas Cristalinas na bacia do rio Claro já que parte da bacia está localizada no
162 município de Uberlândia e findou a sua fala questionando sobre aspectos específicos, quais
163 são as captações do rio Uberaba, além da Codau, elas foram consideradas, existe um
164 relatório de impactos ambientais resultante da transposição e questionou se os
165 compromissos firmados com Ministério Público foram realizados. A secretária executiva,
166 Isabel Evaristo explicou que os arquivos dos processos são pesados, não sendo possível
167 ser enviado como anexo no e-mail, mas que será analisada uma outra forma de envio.
168 Pâmela Bernardes apresentou o mapa com os pontos de captação e informou que a análise
169 do Igam engloba todos os usuários da bacia, pontuou que a bacia do rio Claro é dividida
170 em 4 sub-bacias e cada uma possui uma CGL, perante os questionamentos de Andreozzi
171 o representante do Igam Bruno de Ávila complementou a fala de Pâmela, informando que
172 as divisões facilitam a gestão, mas todas as subdivisões devem respeitar o que foi posto
173 no acordo de alocação, desta forma a bacia a montante deve garantir que a vazão acordada
174 chegue na bacia à jusante. O representante do Dmae de Uberlândia Celismar da Costa,



175 esclareceu que para ocorrer uma atuação do programa Águas Cristalinas fora do município
176 de Uberaba há dois caminhos, através do convênio dos dois municípios ou por meio de
177 uma condicionante, que conseqüentemente trará legalidade pra a intervenção do Programa
178 naquela localidade. Carlos Ernane reiterou o seu pedido de suprimir a condicionante 7,
179 desde que o Igam esclareça que o monitoramento já está previsto, salientou que sobre as
180 questões referentes aos ecossistemas aquáticos serão atendidas no EIA/RIMA e em
181 relação aos compromissos firmados com o Ministério Público, estes já foram atendidos. O
182 senhor Gustavo Malacco solicitou ao presidente espaço para que pudesse realizar uma
183 colocação, o presidente autorizou, Malacco ressaltou a importância ambiental que a bacia
184 do rio Claro possui e complementou a sua fala expondo que na 6º reunião extraordinária
185 da CTOC o representante da Auarc não se posicionou contra a adição desta condicionante
186 inclusive solicitou que seja estendido o prazo de atendimento, Ernane pontuou que após
187 uma conversa com demais membros da associação se obteve o consenso de solicitar a
188 supressão desta condicionante, os motivos já foram relatados. Gustavo Malacco
189 complementou a sua fala ressaltando que a conservação de ecossistemas aquáticos está
190 prevista na Política Estadual de Recursos Hídricos e que é possível que o empreendedor
191 apresente em um ano o plano de segurança hídrica, monitoramento e conservação dos
192 recursos hídricos e ecossistemas aquáticos. A representante da Codau respondeu o
193 questionamento feito pelo Sr. Andreozzi, pontuando que os impactos ambientais
194 ocasionados pela transposição foram analisados durante o licenciamento do
195 empreendimento, em relações as captações, informou que a montante da captação da
196 Codau existem cerca de 10 pontos outorgados, Sylvio questionou se estes usuários serão
197 beneficiados pela captação, Bruno Ávila esclareceu que os usuários não serão
198 beneficiados. Vanessa Vaz solicitou que o os cinco meses em que a captação é permitida
199 fossem alterados, pois o intervalo de junho a outubro atenderá melhor as necessidades da
200 companhia de abastecimento, do que o solicitado anteriormente de maio a setembro e
201 pediu aos membros que mantenham a condicionante 9 do Parecer da CTOC. O
202 representante da UFU questionou sobre o prazo estabelecido na condicionante 7, o Sr.
203 Carlos Ernane anunciou que o EIA/RIMA foi contratado e será findado dentro de um ano,



204 Sylvio Andreozzi ressaltou então, que não haverá dificuldades do empreendedor atender a
205 condicionante 7, pois os estudos ambientais já estarão finalizados e conseqüentemente o
206 plano de segurança hídrica, monitoramento e conservação dos recursos hídricos e
207 ecossistemas aquáticos, Ernane reiterou o seu posicionamento de que não cabe ao Igam
208 avaliar questões qualitativas em um pleito de outorga. O presidente expõe que o
209 anunciando, que está questão, já foi amplamente discutida e este impasse será posto em
210 votação. O representante da UFU questionou sobre a condicionante 9 que propõe a CGL a
211 permanência da solicitação da Codau de captação de 500 l/s, solicitando um maior
212 esclarecimento, o representante do Igam, Bruno de Ávila salientou que o Parecer Técnico
213 da Urga aborda dois cenários, com a construção dos barramentos e sem essa construção,
214 apontando que até a implementação dos reservatórios todos os usuários terão suas vazões
215 reduzidas pela metade, e a solicitação da Codau de captar 100% do outorgado antes da
216 implementação dos barramentos, a discussão do termo de alocação deve ocorrer na CGL,
217 o coordenador da CTOC afirmou que a discussão só voltará para o comitê caso não haja
218 consenso, Carlos Ernane pontuou que está discussão sobre o volume da captação da
219 Codau não foi discutido na CGL, Vaz complementou a sua fala. Sylvio Andreozzi perguntou
220 se o processo de outorga trata da disponibilidade hídrica atual ou a futura com o advento
221 dos reservatórios, Bruno de Avila esclareceu que o processo aborda os dois cenários e
222 sobre como ocorre o rito de consulta a CGL, afirmando que a condicionante 9 é redundante,
223 posto isto Andreozzi questionou a um membro da CTOC se a condicionante 9 é a ideal para
224 realizar o manejo hídrico, Fausto Silva expôs que ela está condicionando a liberação da
225 captação de 500 l/s. O representante da UFU, após todas as informações que foram
226 expostas, afirmou que o Relatório da CTOC existe um erro na redação, pois a CTOC tomou
227 uma decisão e depois condicionou a mesma, desta forma a condicionante deve ser retirada,
228 Bruno de Ávila reforçou a colocação de Andreozzi. O representante da Fonasc-CBH
229 Maurício Marques Scalon anunciou que é favorável a permanência da condicionante 7 no
230 processo. Fernando Abdalla perguntou ao representante de Auarc se a alteração dos
231 meses de captação, solicitada por Vanessa Vaz, possui alguma consequência no regime
232 fluvial, Ernane informou que não haverá alteração, já que o mês crítico é setembro. Não



233 havendo mais dúvidas, o presidente colocou o Processo de Outorga nº 33777/2021,
234 requerido pela Associação dos Usuários das Águas da Bacia do Rio Claro, processo SEI
235 nº 2240.01.0002946/2021- 15 em votação com as seguintes opções, manter o Relatório da
236 CTOC, retirar a condicionante 7 e retirada da condicionante 9, sendo aprovado pelos
237 membros o Relatório da CTOC na íntegra, com as abstenções dos conselheiros, Bruno de
238 Ávila (Igam), João Eduardo Della Tores (Abes). No **Item 07**, o presidente contextualizou
239 que na 1º Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 08.02.2023, foi definido os
240 membros que representariam o CBH nas reuniões do FMCBH até 30.06.2023, mas como
241 a gestão foi prorrogada, a indicação dos conselheiros deve ser renovada até o fim do
242 mandato, elencado isto passou a palavra para Mauricio Scalon que realizou alguns
243 esclarecimentos sobre o primeiro pedido e sobre o retorno do Igam referente ao custeio. O
244 presidente abriu a palavra aos membros ressaltando que a representação vale até o fim do
245 mandato. A indicação foi aprovada pelos membros. No **Item 08** o presidente, Bruno
246 Gonçalves contextualizou que na 1º Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em
247 08.02.2023, foi definido os membros que representariam o CBH nas reuniões do FNCBH
248 até 30.06.2023, mas como a gestão foi prorrogada, a indicação dos conselheiros deve ser
249 renovada até o fim do mandato. O presidente abriu a palavra aos membros. O item foi
250 posto em votação e foi aprovado pelos conselheiros. No **Item 09**, o Presidente Bruno
251 Gonçalves realizou a leitura do art. 13 da Deliberação Normativa CBH Araguari nº 131, de
252 14 de julho de 2022, que prevê o processo de desligamento de instituição por faltas nas
253 reuniões do comitê. Explicou que algumas instituições alcançaram o limite de faltas e foi
254 instaurado o processo de desligamento. Pontuou que foi realizado contato com os
255 conselheiros, por e-mail e WhatsApp, seguindo o regimento, os conselheiros que não se
256 manifestaram foram desligados, como prevê o § 2º do art. 13. O Presidente comunicou que
257 as instituições desligadas foram: Ambiente e Educação Interativa – Amedi, representada
258 por Eurípedes Luciano da Silva Júnior e Conselho de Desenvolvimento Comunitário do
259 Morro Alto/Patrocínio-MG, representada por José Geraldo Teixeira. No **Item 10**, o
260 Presidente Bruno Gonçalves informou aos membros a necessidade de definir a participação
261 do CBH Araguari no Encob, expôs que o PPA prevê um valor de R\$ 75.000,00 (setenta e



262 cinco mil reais) para capacitação de conselheiros ao longo do ano, o que garante a
263 participação de 11(onze) membros no ENCOB, mas não é viável a utilização total deste
264 recurso, pois a atual gestão não irá até o fim do ano, posto todas essas informações, sugeriu
265 que o CBH Araguari fosse representado por 8 (oito) conselheiros, sendo 4 (quatro) vagas
266 para a diretoria e uma vaga a mais para cada segmento, ficando consignado que se algum
267 membro da diretoria não for ou no caso de ser custeado por outro recurso, se abrirá uma
268 vaga para o segmento que ele representa, pontuou que custeio dos 8 membros ficará
269 aproximadamente em R\$ 55.000,00. O presidente Bruno Gonçalves abriu a palavra aos
270 membros, o conselheiro Mauricio Scalon questionou se o custeio de sua participação,
271 juntamente com o membro Hideraldo Buch é custeado com este recurso, ressaltando que
272 está prevista uma reunião do FMCBH no Encob, Bruno Gonçalves elucidou que sim, posto
273 isto Scalon concluiu que se o recurso não fosse o mesmo, se abriria uma nova vaga.
274 Fernando Abdala deu início a sua fala pontuando sobre a importância da participação do
275 CBH Araguari no Encob, reforçando a necessidade de uma ampla participação dos
276 membros, pontuou que o segmento da sociedade civil carece de outras formas de custeio,
277 além da oferecida pelo CBH e questionou se existe a possibilidade do comitê receber apoio
278 de instituições privadas para este custeio. Findadas as falas o Presidente solicitou que os
279 membros deliberassem acerca do tema, ressaltando que caso haja a vacância de uma vaga
280 reservada para a diretoria, a mesma seja destinada à sociedade civil e que os critérios de
281 desempate serão os mesmos que já foram usados em outras situações, a sugestão foi
282 aprovada pelos membros. No **Item 11**, o presidente abriu a palavra aos membros, o
283 representante da Prefeitura Municipal de Sacramento, Marinho Martins Severino Segundo
284 informou que as reuniões estão começando cerca de 9h00 da manhã, em vez do horário
285 marcado às 8h30, ressaltou a necessidade dos membros permanecerem na reunião do
286 início ao fim e comentou sobre a participação do Sr. Gustavo Malacco, Mauricio Scalon
287 informou que a participação do Sr. Malacco aconteceu pois ele é membro da CTOC, mesmo
288 que não componha mais a plenária e concordou com a necessidade da permanência dos
289 membros durante a reunião. Fausto Silva pontuou que reuniões presenciais são mais
290 eficazes, defendeu que Sr. Gustavo Malacco possui o direito de participar das Plenárias e



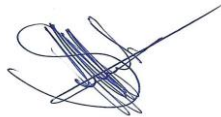
291 por fim parabenizou o Presidente Bruno Gonçalves pela excelente condução da reunião. O
292 Presidente, Bruno Gonçalves, agradeceu a presença de todos na Assembleia. Encerro esta
293 ata, Isabel Evaristo, constando que a lista de presença anexa é parte integrante deste
294 documento.

295 Link da Gravação da reunião no Youtube:

296 Parte 01/02 - <https://www.youtube.com/watch?v=92VrEsgF4cA>

297 Parte 02/02 - <https://www.youtube.com/watch?v=XdPQL3WUYSsc>

298



MAURÍCIO MARQUES SCALON
Secretário do CBH Araguari



BRUNO GONÇALVES DOS SANTOS
Presidente do CBH Araguari

299

